



## PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS SERÁ VOTADA NESTA SEMANA



Depois de muitas ameaças por parte do Governo Federal, está prevista na pauta da sessão extraordinária do dia 06/07, a partir das 15 horas, na câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 591/2021, apresentado por Jair Bolsonaro, que prevê a privatização dos Correios. A pauta foi colocada pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que nesta última semana teve liberação de emendas parlamentares de mais de 2 bilhões de Reais para sua base.

A intenção é entregar um patrimônio público, construído com suor do trabalho do povo brasileiro, para a iniciativa privada. A privatização dos Correios, além de causar demissão em massa de trabalhadores e trabalhadoras, vai acabar com as entregas de correspondências em pequenas cidades, com os programas sociais de distribuição de livros didáticos, com os programas de atendimento aos pequenos e médios empresários que usam os Correios como único meio de enviar e receber seus produtos, destruindo diversas redes de economias locais no País. Ela também vai afetar a soberania nacional, uma vez que os Correios são

responsáveis pela integração nacional há mais de 200 anos.

Nesta última semana o procurador geral da república, Augusto Aras, se posicionou contra a privatização dos Correios e pela inconstitucionalidade da deliberação de colocar a empresa no programa de desestatização. Mesmo assim, o Governo Federal quer “passar o trator” para beneficiar grandes corporações privadas, causando mais desemprego no momento em que a população sofre sem vacinação, única pauta que realmente deveria ser urgente no País na pandemia.

Aos trabalhadores não há outra saída senão lutar contra a política genocida deste governo, que se desfaz em meio à escândalos de corrupção. Somente a luta dos trabalhadores, nas ruas, será capaz de colocar abaixo os ataques à classe trabalhadora.

***Por uma Greve Geral por tempo indeterminado!***

***Não às privatizações!***

***Fora Bolsonaro e todo seu governo!***



## NEGLIGÊNCIA: MORTES DE TRABALHADORES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO SOBE 128%



Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese - apontam que 1.479 contratos de professores e outros profissionais do setor foram encerrados por óbito entre janeiro e abril de 2021. No mesmo período do ano passado, eram 650.

Em números absolutos, São Paulo lidera o número de contratos encerrados devido à morte de trabalhadores da educação, seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em São Paulo, professores que trabalharam presencialmente nas escolas tiveram risco quase três vezes maior de desenvolver Covid-19 do que a população da mesma faixa etária no estado. Foi preciso muita luta para garantir a vacinação desses profissionais.

As iniciativas de reabertura das escolas durante os 15 meses da pandemia não foram acompanhadas dos necessários protocolos de biossegurança. Na educação, a pandemia serviu para acelerar os mecanismos de privatização, com a inserção de grupos privados no setor público, e aumentar as mortes e a exclusão escolar. Resultado das políticas neoliberais que colocam o lucro acima da vida.

## PRESSÃO EMPRESARIAL CONTRA O PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM



No início deste ano, integrantes Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os seus respectivos Conselhos Regionais (CORENS), órgãos reguladores do exercício da enfermagem, mantiveram reuniões com os senadores, em que defenderam os interesses dos donos de hospitais e planos de saúde e acataram proposta de rebaixamento dos valores do Piso Salarial Nacional da Enfermagem e de desvinculação da regulamentação da carga horária sob alegação de que isto evitaria demissões.

O projeto do Cofen e dos Corens é o de se manterem com o financiamento dos donos de hospitais e planos de saúde às custas de trair as lutas da categoria. Diante

dos lucros exorbitantes do setor privado da Saúde no último ano, a negociação pelo rebaixamento do piso causou reação dos sindicatos, que iniciaram movimentos nacionais em defesa do mesmo.

Para exigir a manutenção da proposta original no Senado, as entidades sindicais, que verdadeiramente representam a categoria, terão que organizar uma grande e combativa mobilização nacional.

## UNISYS BRASIL – REVIRAVOLTA NA CAMPANHA SALARIAL



Após processo de negociação salarial marcado por remarcações de reuniões, a Unisys Brasil, empresa global de serviços e soluções de Tecnologia da Informação, apresentou uma proposta para ser levada pelos sindicatos às assembleias nacionais dos trabalhadores. A proposta consistia em aplicar o índice do IPCA (6,76%) somente nas cláusulas de cunho econômico, que são objeto de negociação para este ano, e a manutenção dos demais itens do acordo geral, que tem validade de dois anos.

A coordenação de campanha realizou as assembleias para a apreciação da proposta feita pela empresa, e o resultado foi a aprovação da proposta apresentada pela empresa. No dia 18/06/2021, a FENADADOS foi surpreendida com a

apresentação de uma nova proposta pela Empresa, o que fere a boa-fé negocial. Na mesma data a Federação informou que não aceitará retrocessos na proposta.

É preciso somar esforços para fazer valer a proposta aprovada pelos trabalhadores, mesmo que para isso se recorra ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

## POSTAL SAÚDE PENALIZA OS TRABALHADORES



A Postal Saúde, entidade de autogestão criada em abril de 2013, vem, ano após ano, impondo aumentos e retirada de direitos de seus beneficiários.

Em 2018, os trabalhadores dos Correios, que pagavam apenas percentual do que utilizavam passaram a pagar, além desse valor, uma mensalidade no percentual de 30%. Já em janeiro de 2020, a Postal Saúde aumentou a paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, o que representou um aumento de até 8,42% sobre o valor bruto recebido pela esmagadora maioria dos trabalhadores.

A situação se agrava para aqueles que se aposentaram, pois serão obrigados a pagar integralmente caso queiram permanecer no plano. Além do aumento dos

custos, a Postal comunicou que irá fechar 7 unidades ambulatoriais da rede própria em 6 estados do país até 31 de agosto.

Toda essa situação tem o objetivo de fazer os trabalhadores saírem do plano de saúde e enxugar os gastos trabalhistas da empresa com o propósito de facilitar sua privatização. Trata-se da política do Governo Federal para a liquidação dos Correios.